

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.370.196 - RS (2018/0251390-7)**

**RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**AGRAVANTE : PAULO MAGNUS HOMEM**  
**ADVOGADOS : PEDRO BAUER PERES - RS055299**  
**JOANA BAUER PERES - RS105533**  
**AGRAVADO : CLAUDIR EVARISTO DA ROSA**  
**ADVOGADOS : LUIZ FELIPE MODICA HANSEN - RS073895**  
**EMILIANO DA SILVA PRUDENCIO - RS079346**

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AÇÃO RESCISÓRIA. ERRO DE FATO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INVIABILIDADE. SÚMULA Nº 7 DO STJ. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.**

**DECISÃO**

PAULO MAGNUS HOMEM (PAULO) ajuizou ação rescisória contra CLAUDIR EVARISTO DA ROSA (CLAUDIR), alegando que houve manifesta violação de norma jurídica e erro de fato verificável do exame de ação de cobrança, ajuizada por CLAUDIR em face de PAULO, na qual fora condenado ao pagamento de R\$ 36.400,00 (trinta e seis mil e quatrocentos reais), mediante indevida aplicação dos efeitos da revelia.

O Relator no TJ/RS extinguiu a ação rescisória, sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, I, do CPC/73.

O Tribunal de origem negou provimento ao agravo interno interposto por PAULO, em acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 173):

*AGRAVO INTERNO RECEBIDO COMO AGRAVO REGIMENTAL. AÇÃO RESCISÓRIA FUNDADA NOS INCISO V E VIII DO ART. 966 DO CPC. DECISÃO DO RELATOR QUE INDEFERE LIMINARMENTE A PETIÇÃO INICIAL. PRELIMINAR CONTRARRECURSAL IMPUGNAÇÃO À GRATUIDADE DE JUSTIÇA. DECISÃO MANTIDA.*

*- Preliminar contrarrecursal desacolhida, uma vez que os documentos juntados não demonstram a alegada capacidade financeira da parte agravante. Gratuidade de justiça deferida em prol da parte agravante mantida.*

*- O relator está autorizado a indeferir a petição inicial de ação rescisória fundada no art. 966, incisos V e VIII, do CPC, quando*

*o autor não demonstra de plano que houve violação ao dispositivo legal apontado na exordial e erro de fato no julgado.*

*- Hipótese em que a questão suscitada na presente se trata de aplicação da legislação vigente, especificamente, no caso, dos efeitos da revelia, não havendo que se falar em irregularidade ou nulidade processual na situação em exame.*

*- Não há caracterização de erro de fato, já que não foi admitido como ocorrido fato inexistente ou restou considerado inexistente um fato efetivamente ocorrido, tendo havido, no mais, mera apreciação e avaliação das provas existentes nos autos, com a formação livre da convicção do magistrado, devidamente motivada.*

*- Deve ser mantida a decisão que indeferiu a petição inicial da ação rescisória, o que acarreta o desprovemento do agravo interno, com aplicação da multa do art. 1.021, §4º do CPC.*

**PRELIMINAR CONTRARRECURSAL REJEITADA.**

**AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.**

Inconformado, PAULO interpôs recurso especial com base no art. 105, III, *a e c*, da Constituição Federal, sustentando a ocorrência de violação dos arts. 344, 345 e 966 do NCPC e divergência jurisprudencial, aduzindo, em síntese, que **(1)** a ação rescisória é cabível, haja vista a caracterização de erro de fato, visto que foi condenado a pagar quantia indevida; e **(2)** os efeitos da revelia, operada na ação de cobrança, não são absolutos, porquanto a prova produzida deveria estar em consonância com a petição inicial.

CLAUDIR ofereceu contrarrazões (e-STJ, fls. 231/246).

Em juízo de admissibilidade, a vice-presidência do Tribunal de origem inadmitiu o apelo nobre ante a incidência das Súmulas nºs 7 e 83 do STJ. Dessa decisão, foi interposto o presente agravo em recurso especial, no qual foi refutada a aplicação dos referidos óbices.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ, fls. 287/302).

É o relatório.

DECIDO.

O recurso não comporta acolhimento.

De plano, vale pontuar que os recursos ora em análise foram interpostos na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

**(1) e (2) Do erro de fato**

Embora PAULO tenha sustentado a ocorrência de erro de fato a justificar o ajuizamento da ação rescisória, o acórdão recorrido concluiu que não foi caracterizado, pois o julgamento decorreu do livre convencimento motivado do magistrado na avaliação das provas existentes nos autos, nos termos da seguinte fundamentação:

*A aplicação dos efeitos da revelia é decorrência da interpretação do Julgador, que age de acordo com o livre convencimento motivado, de modo que a situação não ampara suposta de “violação manifesta à norma jurídica” ou “erro verificável do exame dos autos”.*

*Portanto, resta evidente no caso dos autos que, o agravante utiliza a ação rescisória como sucedâneo recursal, para corrigir inércia na ação de conhecimento, prática que não se afigura possível.*

*(...)*

*Destarte, não há caracterização de erro de fato, já que não foi admitido como ocorrido fato inexistente ou restou considerado inexistente um fato efetivamente ocorrido, tendo havido, no mais, mera apreciação e avaliação das provas existentes nos autos, com a formação livre da convicção do magistrado, devidamente motivada.*

*Portanto, considerando que a ação rescisória não se trata de recurso que viabiliza nova discussão do objeto litigioso ou, ainda, eventual justiça da prova realizada acerca da interpretação dos fatos ventilados nos processos, o presente recurso não merece acolhimento (e-STJ, fls. 179/181)*

Portanto, alterar a conclusão do Tribunal *a quo*, para reconhecer a ocorrência de erro de fato, ensejaria indevida incursão fático-probatória, em manifesta ofensa ao disposto na Súmula nº 7 do STJ.

Nessa linha de entendimento são os seguintes precedentes:

*AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO RESCISÓRIA. ERRO DE FATO. INEXISTÊNCIA. MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO - PROBATÓRIO DOS AUTOS. SUMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. 1. Observa-se que os arts. 212 e 496 do Código Civil de 2002, 332 e 333 do Código de Processo Civil de 1973 (art. 369 e 373, II, do CPC/2015), sob a ótica trazida pela para ora agravante, não foram objeto de debate no aresto impugnado, circunstância que caracteriza a ausência de*

*prequestionamento e impede, no ponto, o conhecimento da insurgência. Isso porque o aresto se limitou a afirmar a inexistência de erro de fato, com base no art. 485, IX, § 2º, do CPC/1973.*

*2. O acolhimento da pretensão recursal sobre a ocorrência de cerceamento de defesa e configuração de erro de fato em relação à simulação de negócio jurídico exigiria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, atraindo o óbice da Súmula 7 do STJ.*

*3. Agravo interno não provido.*

(AgInt nos EDcl no AREsp 1.096.268/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, j. em 10/10/2017, DJe 16/10/2017)

**AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO RESCISÓRIA. 1. ERRO DE FATO, NÃO CONSTATADO. RAZÕES DO INCONFORMISMO QUE ADOTAM PRESSUPOSTOS FÁTICOS DIVERSOS DOS DELIMITADOS PELO ARESTO IMPUGNADO. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVA. ÓBICE DA SÚMULA 7 DO STJ. 2. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.**

*1. O recurso especial não é meio próprio para rever questão referente à existência de erro de fato capaz de ensejar a ação rescisória na hipótese em que seja necessário reexaminar fatos e provas. Aplicação da Súmula n. 7/STJ.*

*2. Agravo interno a que se nega provimento.*

(AgInt no AREsp 1.050.363/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, j. em 06/06/2017, DJe 23/06/2017)

Quanto ao pleito de revogação do benefício de assistência judiciária gratuita formulado em contrarrazões, verifica-se que já fora submetido à análise do TJ/RS, não tendo CLAUDIR interposto recurso especial para impugnar o indeferimento da revogação, sendo inviável o exame da matéria em sede de contrarrazões.

Nessas condições, com fundamento no art. 1.042, § 5º do NCPC c/c art. 253 do RISTJ (com a nova redação que lhe foi dada pela emenda nº 22 de 16/03/2016, DJe 18/03/2016), **CONHEÇO** do agravo para **NÃO CONHECER** do recurso especial.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito ao possível cabimento de multa (arts. 1.021, § 4º e 1.026, § 2º, do NCPC).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO

Relator

